



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Legisla-e**

LEI ORDINÁRIA Nº 1473, DE 10 DE JANEIRO 2003

Transforma o Sistema Penitenciário do Acre em Autarquia e dá outras providências.

Data de Criação

10/01/2003

Data de Publicação

14/01/2003

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 8453, de 14/01/2003

Origem

Não informada

Tipo

Lei Ordinária

Temática

- Política Estadual

Autoria

- Poder Executivo

Altera

- Lei Ordinária Nº 1124/1994
- Lei Ordinária Nº 1224/1997

Alterada por

- Lei Complementar Nº 151/2005
- Lei Ordinária Nº 1908/2007

Texto da Lei

~~LEI N. 1.473, DE 10 DE JANEIRO DE 2003~~

~~“Transforma o Sistema Penitenciário do Acre em Autarquia e dá outras providências.”~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE~~

~~FAÇO SABER~~ que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~CAPÍTULO I~~

~~DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES~~

~~Art. 1º~~ Fica o Sistema Penitenciário do Acre transformado em Autarquia e passa a denominar-se Departamento da Administração Penitenciária do Acre — DAP/AC, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, sede e foro em Rio Branco e jurisdição em todo o Estado e gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas aos órgãos públicos.

~~Art. 2º~~ Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AC tem por finalidade o planejamento, a coordenação, a fiscalização, execução administrativa das penas privativas de liberdade e controle das políticas penitenciárias no âmbito da competência do Estado.

~~Art. 3º~~ Ao Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AC compete:

~~I~~ — coordenar, supervisionar e executar as legislações federal e estadual de execução penal, prisão provisória e das medidas de segurança, bem como os demais atos normativos nas unidades prisionais;

~~II~~ — supervisionar, inspecionar e coordenar todas as Unidades de Recuperação Social e demais órgãos componentes do sistema penitenciário;

~~III~~ — estabelecer convênios e parcerias com organizações governamentais federais, estaduais, municipais, organismos internacionais públicos ou privados, organizações não governamentais e iniciativa privada para consecução dos seus objetivos;

~~IV~~ — convocar reunião com os diretores, os profissionais da área técnica e o pessoal lotado nas Unidades de Recuperação Social e demais órgãos do sistema penitenciário;

~~V~~ realizar cursos de formação e qualificação do pessoal que presta serviço no sistema penitenciário;

~~VI~~ elaborar a estatística do sistema penitenciário;

~~VII~~ disciplinar a lotação das Unidades de Recuperação Social, proporcionando a ressocialização e a melhoria de vida da população carcerária;

~~VIII~~ promover a execução da pena privativa de liberdade de forma progressiva, possibilitando ao preso provisório, no que couber, e ao condenado, a inclusão em programas de trabalho, estudo e profissionalização;

~~IX~~ o desempenho de outras atividades correlatas.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

~~Art. 4º~~ Constituem receita do Departamento da Administração Penitenciária — DAP /AG:

~~I~~ as dotações orçamentárias específicas;

~~II~~ os créditos especiais que lhe forem atribuídos pelo Governo do Estado;

~~III~~ o produto das operações de crédito que venham a realizar;

~~IV~~ o produto da alienação de bens patrimoniais considerados desnecessários e inservíveis;

~~V~~ os auxílios, subvenções ou dotações federais, estaduais, municipais ou privadas, oriundas de convênios ou acordos celebrados pelo Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AG;

~~VI~~ resultado dos negócios das atividades economicamente produtivas do sistema penitenciário;

~~VII~~ as taxas incidentes sobre a prestação de seus serviços peculiares, na forma da legislação em vigor;

~~VIII~~ as doações, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas nacionais, estrangeiras ou internacionais.

~~Art. 5º~~ Toda receita do Departamento da Administração Penitenciária — DAP/AG será contabilizada e obrigatoriamente recolhida em instituição financeira designada pelo Poder Executivo.

~~**Parágrafo único.** Excetua-se do disposto neste artigo as rondas decorrentes de convênios, convenções, contratos ou acordos cujos termos determinem o recolhimento em outra instituição financeira, observadas as demais normas sobre a matéria.~~

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

~~**Art. 6º** Passam a integrar o patrimônio do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC os móveis, veículos, imóveis, documentos e outros bens de propriedade do Estado, atualmente utilizados pelo Sistema Penitenciário do Acre.~~

~~**Art. 7º** O Chefe do Poder Executivo designará comissão para, no prazo de noventa dias, efetuar o tombamento, avaliação e incorporação de todo o acervo do órgão.~~

~~**Art. 8º** O patrimônio do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC será empregado na consecução de suas finalidades.~~

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA BÁSICA

~~**Art. 9º** A estrutura organizacional administrativa do Departamento da Administração Penitenciária DAP/AC compreende os seguintes órgãos:~~

~~I – Conselho de Gestão;~~

~~II – Direção Geral;~~

~~III – Gerência Administrativa e Financeira;~~

~~IV – Gerência de Recuperação, Produção e Negócios;~~

~~V – Gerência de Operações e Segurança;~~

~~VI – Gerência das Unidades de Recuperação Social.~~

~~**Art. 10.** O Conselho de Gestão, integrado por cinco membros nomeados pelo Governador do Estado, terá a seguinte composição, com os seus respectivos suplentes, sendo que o exercício da função não será remunerado, considerado de relevante interesse público para os fins da legislação vigente:~~

~~I~~ o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, que presidirá;

~~II~~ o Diretor Geral do DAP/AG, que será o vice-presidente;

~~III~~ um representante do Ministério Público Estadual;

~~IV~~ um representante do Poder Judiciário;

~~V~~ um representante de entidade civil organizada diretamente relacionada com os objetivos do departamento.

~~§ 1º~~ O Conselho de Gestão funcionará na sede do DAP/AG e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

~~§ 2º~~ Para realização das reuniões será exigida a maioria de seus membros.

~~§ 3º~~ Os conselheiros suplentes, quando não substituindo os titulares, somente poderão participar das reuniões com direito a voz.

~~§ 4º~~ As deliberações do Conselho de Gestão do DAP/AG, observando o quorum mínimo, serão tomadas pela maioria dos seus membros presentes.

~~§ 5º~~ As deliberações serão expressas através das resoluções assinadas pelo seu Presidente.

~~§ 6º~~ O presidente terá o direito a voto e também ao desempate.

~~§ 7º~~ O conselho definirá as resoluções a serem publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre.

~~Art. 11.~~ As circunscrições regionais das Unidades de Recuperação Social terão sua competência e finalidade definidas no Regimento Interno Padrão das Unidades.

~~Art. 12.~~ Os demais órgãos do DAP/AG serão definidos no regulamento da Autarquia, a ser aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA

Art. 13. ~~Compete ao Conselho de Gestão:~~

- ~~I — aprovar propostas de planos, programas, projetos e orçamento;~~
- ~~II — propor alteração de regulamento e do Regimento Interno Padrão;~~
- ~~III — fixar a orientação geral dos seus trabalhos, em consonância com os planos de ação do Governo do Estado;~~
- ~~IV — supervisionar a execução de planos, projetos, convênios e programas;~~
- ~~V — aprovar o plano de classificação de cargos, empregos e salários;~~
- ~~VI — aprovar as normas gerais internas sobre pessoal, material, finanças e patrimônio;~~
- ~~VII — manifestar-se sobre relatórios e contas da Direção Geral;~~
- ~~VIII — aprovar contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;~~
- ~~IX — fiscalizar atos de gestão da Direção Geral e dos seus membros, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações e subsídios que julgar necessários;~~
- ~~X — apresentar ao Governador do Estado, no mês de fevereiro, relatório anual sobre os trabalhos e negócios do DAP/AG do exercício anterior;~~
- ~~XI — aprovar seu regimento interno.~~

Parágrafo único. ~~São sujeitas à homologação do Governador do Estado as decisões do Conselho de Gestão relativas aos incisos I, II, V e VIII.~~

Art. 14. ~~Compete à Direção Geral:~~

- ~~I — representar o DAP/AG, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e nas suas relações com terceiros;~~
- ~~II — coordenar e dirigir todos os setores do departamento, através dos gerentes responsáveis;~~
- ~~III — relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais nos assuntos de interesse do departamento;~~
- ~~IV — promover a administração geral do departamento, em estrita observância às disposições legais;~~
- ~~V — exercer liderança política e institucional do departamento;~~

~~VI~~ assessorar o Governador em assuntos de competência do departamento;

~~VII~~ fazer indicações ao Governador para provimento de cargos em comissão e prover as funções gratificadas no âmbito do departamento;

~~VIII~~ apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito das diretorias do departamento;

~~IX~~ executar programação do departamento aprovado pelo conselho de gestão;

~~X~~ expedir resoluções sobre a organização interna do departamento não envolvida por atos normativos superiores e sobre a aplicação das leis, decretos e outras disposições de interesse do departamento;

~~XI~~ estabelecer parcerias de interesse do departamento, no sentido de promover capacitação de recursos técnicos, financeiros e materiais;

~~XII~~ orientar e determinar a realização de auditorias internas;

~~XIII~~ delegar atribuições;

~~XIV~~ desempenhar outras atividades compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador e pelo titular do órgão jurisdicionante.

Art. 15. Compete à Gerência Administrativa e Financeira:

~~I~~ coordenar, através das unidades integrantes da área, as atividades relacionadas com recursos humanos, serviços administrativos, orçamento e sua execução, tesouraria e contabilidade financeira e patrimonial;

~~II~~ promover análise de relatório envolvendo programas e planos de trabalhos relativos à área;

~~III~~ coordenar a elaboração de orçamento e a programação financeira do Departamento;

~~IV~~ promover a elaboração de cronograma de desembolso e fluxo de caixa no detalhamento e pagamento solicitado;

~~V~~ coordenar os serviços bancários do Departamento;

~~VI~~ promover a cobrança e controle dos processos de prestação de contas de adiantamento, bem como acompanhar a aplicação das verbas oriundas de contratos e convênios, de acordo com a legislação vigente;

~~VII~~ supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do departamento;

~~VIII~~ supervisionar a elaboração de relatórios mensais sobre a posição de contas a pagar por credores, por tipo de serviço e programas especiais;

~~IX~~ assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, os documentos de execução orçamentária e financeira;

~~X~~ visar documentos relacionados com a movimentação financeira;

~~XI~~ praticar atos administrativos relacionados com o sistema financeiro e de administração, em articulação com os respectivos responsáveis;

~~XII~~ supervisionar o procedimento da análise de viabilidade de reparos em materiais e equipamentos, providenciando sua recuperação quando conveniente;

~~XIII~~ desempenhar outras atividades com sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.

Art. 16. ~~Compete à Gerência de Recuperação, Produção e Negócios:~~

~~I~~ coordenar as atividades relacionadas com a permanência dos presos provisórios e dos sentenciados, objetivando a sua recuperação e reinserção social, bem como as atividades dos internos, visando a cessação da periculosidade;

~~II~~ coordenar as atividades laborais dos privados de liberdade e dos submetidos à medida de segurança na produção industrial, extrativista, agropecuária e nos serviços gerais;

~~III~~ promover a análise de relatórios envolvendo programas e planos de trabalho relativos à área;

~~IV~~ supervisionar a elaboração dos relatórios mensais de atividades desenvolvidas;

~~V~~ promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais afetos à área;

~~VI~~ elaborar relatórios mensais de atividades desenvolvidas;

~~VII~~ submeter à consideração do Diretor Geral os assuntos que excedam a sua competência;

~~VIII~~ outras atividades delegadas pela Direção Geral.

Art. 17. ~~Compete à Gerência de Operações e Segurança:~~

~~I~~ executar a política operacional de segurança das Unidades de Recuperação Social do Estado do Acre;

~~II~~ elaborar e executar os planos e diretrizes referentes à segurança das Unidades de Recuperação Social;

~~III~~ programar, organizar, orientar e coordenar as atividades de segurança desenvolvidas nas Unidades de Recuperação Social;

~~IV~~ programar, organizar e orientar a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área de segurança do sistema penitenciário;

~~V~~ organizar e orientar as ações referentes ao material bélico e à infra-estrutura da área de segurança;

~~VI~~ organizar e orientar o cadastro geral e cartorial da população carcerária;

~~VII~~ submeter à consideração do Diretor Geral assuntos que excedam a sua competência;

~~VIII~~ organizar o grupo permanente de capturas de foragidos do sistema penitenciário;

~~IX~~ desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.

~~Art. 18. Compete à Gerência das Unidades de Recuperação Social:~~

~~I~~ coordenar e agilizar as demandas burocráticas das URS;

~~II~~ informar a Direção Geral das prioridades e problemas das URS;

~~III~~ supervisionar e orientar, em conjunto com a Direção Geral e Gerência de Operações e Segurança, as direções das unidades, uniformizando as ações administrativas;

~~IV~~ apresentar relatórios mensais das atividades desenvolvidas na sua área;

~~V~~ desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Diretor Geral.

GAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 19. Até a criação e efetivação do quadro próprio de pessoal, os atuais militares e servidores públicos estaduais permanecerão prestando seus serviços nas Unidades de Recuperação Social com a possibilidade de, havendo necessidade, serem solicitados dos órgãos cedentes atuais o aumento de seus efetivos.~~

~~Art. 20. A inclusão de todo e qualquer acréscimo na folha de pagamento decorrente de criação de gratificações de qualquer natureza, vantagens, concessões e outras, à exceção daquelas garantidas em lei, será previamente autorizada pela Direção Geral, com a homologação do Governador do Estado.~~

~~**Art. 21.** A criação da estrutura administrativa do Departamento de Administração Penitenciária do Acre – DAP/AC será por ato do Governador do Estado.~~

~~**Art. 22.** Serão fixadas as competências e as atribuições dos dirigentes, bem como as rotinas administrativas da URS's no Regimento Interno Padrão.~~

~~**Art. 23.** Fica autorizado o Poder Executivo a desmembrar e adequar o Orçamento do Departamento de Administração Penitenciária do Acre – DAP/AC do Orçamento da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Acre.~~

~~**Art. 24.** Ficam criados um cargo de Diretor Geral e quatro de Gerentes, sendo os seguintes: a) de Administração e Finanças; b) de Recuperação, Produção e Negócios; c) de Operações e Segurança; d) das Unidades de Recuperação Social, todos de livre nomeação e exoneração do Governador do Estado.~~

~~**§ 1º** A remuneração do cargo de Diretor Geral corresponderá ao de Secretário Executivo, disciplinada no § 5º do art. 41 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999.~~

~~**§ 2º** A remuneração do cargo de Gerente de Administração e Finanças corresponderá ao de Gerência 5 e a do Gerente de Recuperação, Produção e Negócios e do Gerente de Operações e Segurança corresponderá ao de Gerência 4, cujos valores são os estabelecidos no art. 90 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999.~~

~~**Art. 25.** Todas as penitenciárias do Estado passarão a denominar-se Unidade de Recuperação Social – URS e deverão ter suas administrações compostas sempre por um Diretor Geral, que responderá pela unidade e deverá preencher a disposição do art. 75 da Lei Federal n. 7.210, de 11 de julho de 1984 e por um administrador.~~

~~**Parágrafo único.** Fica autorizado o Poder Executivo a criar novas Unidades de Recuperação Social – URS, mediante solicitação fundamentada da Direção Geral do Departamento de Administração Penitenciária do Acre – DAP/AC.~~

~~**Art. 26.** Fica autorizada a abertura de Crédito Especial ao Orçamento vigente, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que provirá à conta de anulação parcial na Reserva de Contingência.~~

~~Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 28. Revoga-se a Lei n. 1.224, de 12 de junho de 1997.~~

~~Rio Branco, 10 de janeiro de 2003, 115^o da República, 101^o do Tratado de Petrópolis e 42^o do Estado do Acre.~~

~~JORGE VIANA~~

~~Governador do Estado do Acre~~